



Márcio Cypriano

Um pacto nacional para o crescimento

Márcio Cypriano*

Uma idéia une o Brasil. Em qualquer conversa, aconteça ela entre economistas, empresários, trabalhadores ou donas-de-casa, o tema central é a necessidade de o País voltar a crescer. Sem perda de tempo. Este é o primeiro ponto de convergência.

O segundo ponto: esse crescimento precisa transformar-se em melhor distribuição de renda, redução drástica do desemprego e melhora da qualidade de vida da população. Há, ainda, um terceiro: o novo ciclo de desenvolvimento precisa dar-se com responsabilidade, tendo como base a estabilidade econômica que conquistamos com tanto sacrifício. Só assim ele será duradouro, passará de geração a geração.

Essa é, em resumo, a agenda positiva brasileira. É também a agenda da Febraban, cuja presidência acabo de assumir. No processo econômico, o papel dos bancos é dar suporte à indústria, ao comércio, à agricultura, e aos cidadãos no dia-a-dia. É uma função fundamental, que converge com os interesses da população brasileira.

Na proporção dessa importância, a Febraban vai participar, na linha de frente, do trabalho de construção de uma sociedade mais próspera e mais justa.

Continua na página A-3

* Presidente da Febraban e do Bradesco.

Márcio Cypriano*

Um pacto nacional para o crescimento

Continuação da página A-1

É um trabalho de todos — empresários, governo, bancos, partidos políticos e sindicatos.

O desafio é estabelecer um diálogo entre os setores para a estruturação de um pacto pelo desenvolvimento. Criar unidade de ação e definir objetivos em torno de itens básicos. Por esse caminho, os bancos participariam ampliando os volumes de crédito; o governo contribuiria reduzindo a carga de compulsórios e impostos que incide sobre a intermediação financeira; empresários dariam impulso a novos investimentos. O Congresso poderia apressar a votação da Lei de Falências. Trabalhadores e partidos políticos, em conjunto com empresários, atuariam para modernizar as leis trabalhistas que dificultam as contratações.

O importante a se frisar é que o Brasil tem mais vantagens que obstáculos para uma retomada rápida do desenvolvimento. Retomada que deve contar com o apoio do crédito. Este é o ponto exato para se desfazer uma mistificação corrente sobre juros e crédito.

Não há banco que não goste de emprestar dinheiro. Isso seria um contra-senso. Quando concede crédito a um cliente, e esse cliente prospera, cria-se um ciclo de negócios de longo prazo em que todos saem ganhando. O que ocorre com a concessão de empréstimos no Brasil é que há uma soma de problemas que amarra e restringe seu fluxo. E a origem desses problemas não está nos bancos.

Em resumo, são estas as travas que pesam sobre o crédito:

1) O nível alto dos depósitos compulsórios, que influi para escassear recursos disponíveis para empréstimos. Esse recolhimento já não se justifica diante da queda da inflação e do baixo nível da atividade econômica.

2) A cunha fiscal precisa ser revista. O Brasil é o único país que tributa a intermediação financeira. Pesam quatro tributos: IOF, CPMF, PIS e Cofins. Seu efeito é a elevação do custo do dinheiro. A Lei de Falências vigente é imperfeita, inibindo crédito e investimento. Sua modificação tramita hoje no Congresso Nacional. Além disso, há uma crescente contestação judicial a contratos juridicamente perfeitos entre bancos e clientes, fato que traz insegurança ao mercado financeiro.

3) As distorções que pesam sobre o processo de intermediação financeira precisam ser discutidas e eliminadas. A solução começa, em nossa opinião, por uma mudança de conceito. Assim como já ocorreu em outros setores da economia, é preciso modernizar o sistema de intermediação financeira, limpando a atividade de excessos de regulamentação, direcionamentos, contingenciamentos, travas fiscais e restrições de ordem monetária.

Só assim os bancos poderão contribuir com toda a sua capacidade para um novo ciclo de crescimento. A sua parte eles têm feito, expandindo a rede e investindo significativa-

mente em treinamento e tecnologia, de maneira que se pode dizer, sem exagero, que formam um dos segmentos mais modernos e sólidos da economia brasileira. Prova disso é a sua confiabilidade nos mercados interno e externo. Confiabilidade que foi fundamental para que o País superasse duas crises cambiais sucessivas.

Não é difícil retomar o caminho do desenvolvimento.

O Brasil tem a base, tem o suporte para um novo salto econômico. E, desta vez, um salto com qualidade. Basta observar alguns fatos. O País continua atraindo capitais estrangeiros em boa quantidade. Alcançamos recordes sucessivos de exportação. Temos uma indústria moderna, diversificada e competitiva. Além disso, a produção do campo evolui a cada ano, em escala e qualidade.

Afirmou-se, também, a estabilidade monetária, graças à ação responsável do governo. Temos um Banco Central reconhecido pela sua competência técnica, transparência e prudência. É certo que o nosso BC pode evoluir para uma situação de autonomia operacional, com consequências benéficas quanto ao risco-país e com efeitos positivos para o custo do capital no Brasil. Essa é uma questão que deve ser discutida exaustivamente pela sociedade e pelos seus representantes.

Os bancos têm contribuído de várias maneiras para o crescimento econômico e para o bem-estar da sociedade brasileira em geral. São grandes empregadores (400 mil empregos diretos, com salários, benefícios e encargos sociais que somaram R\$ 30 bilhões em 2003); reconhecidos fomentadores da educação, esportes e cultura, além de ações de apoio à cidadania e proteção ao meio ambiente. Além de grandes contribuintes (R\$ 12 bilhões em tributos em 2003) e, provavelmente, os maiores investidores do País em informática e tecnologia — algo em torno de R\$ 4 bilhões por ano.

Sua rede de agências, postos de serviço e máquinas de atendimento automático, que já era gigantesca, ampliou-se com a criação dos correspondentes bancários, do Banco Postal e do Banco Popular. Praticamente todas as cidades brasileiras, mesmo as situadas nas regiões mais distantes dos grandes centros, estão atendidas.

Em pouco tempo — menos de 24 meses — cerca de 15 milhões de brasileiros ganharam acesso pela primeira vez aos serviços de um banco. Ou seja, ganharam a oportunidade de poupar, pagar contas sem deslocamentos onerosos, contratar empréstimos. Ganharam um endereço financeiro. Vemos isso como uma importante forma de inclusão social.

A Febraban reconhece o seu papel e a sua responsabilidade na transformação do Brasil. Queremos um país mais forte e melhor. Vamos construí-lo. Mãos à obra.

* Presidente da Febraban e do Bradesco.

GAZETA MERCANTIL 22 MAR 2004